

Segunda-feira, 07/10/2019

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45-A, DE 2019, DO SRº BALEIA ROSSI E OUTROS, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEC 045/19 - REFORMA TRIBUTÁRIA

SEMINÁRIO REGIONAL

**Plenário Barbosa Lima Sobrinho, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Às 19h00**

Tema: PEC 45/2019 - Reforma Tributária e seus impactos nos setores público e produtivo.

MESA

- ✓ **Deputado Federal Rodrigo Maia**, Presidente da Câmara dos Deputados;
- ✓ **Deputado Federal Hildo Rocha**, Presidente da Comissão Especial - Reforma Tributária (PEC 45/19);
- ✓ **Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro**, Relator da Comissão Especial - Reforma Tributária (PEC 45/19);
- ✓ **Deputado Federal Marcelo Calero**, Membro da Comissão Especial - Reforma Tributária (PEC 45/19) e Coordenador do Seminário;
- ✓ **Deputado Federal Paulo Ganime**, Membro da Comissão Especial - Reforma Tributária (PEC 45/19) e Coordenador do Seminário; e
- ✓ **Deputado Federal Pedro Paulo**, Membro da Comissão Especial - Reforma Tributária (PEC 45/19).

REPRESENTANTES SETORIAIS

- ✓ **Luiz Gustavo Bichara**, Procurador Tributário do Conselho Federal da OAB/RJ;
- ✓ **Jonathas Goulart Costa**, Gerente de Estudos Econômicos da Firjan;
- ✓ **Matias Lopes**, Gerente Executivo Jurídico-Tributário do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; e
- ✓ **Rafael Cardoso**, Relações Institucionais e Analista Jurídico do SindRio - Sindicato dos Bares e Restaurantes do Rio.

PALESTRANTE

- ✓ **Nelson Machado**, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal e Ministro de Estado da Previdência Social (2005 - 2007).

Resultado: Realizada.

Terça-feira, 08/10/2019

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU
SUBCOMISSÃO ESPECIAL CIDADES INTELIGENTES 2019

Seminário
Auditório Nereu Ramos
Às 10h00

Tema: 1º Seminário Subcomissão Especial Cidades Inteligentes 2019.

Abertura:

Horário: 9:00 às 18:00

- ✓ **Deputado José Priante** - Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes);
- ✓ **Deputado Francisco Jr.** - Membro do Cedes e Relator do Estudo Cidades Inteligentes;
- ✓ **Deputada Angela Amin** - Membro do Cedes e Relatora do Estudo Cidades Inteligentes;
- ✓ **Deputado Eduardo Braide** - Membro do Cedes e Relator do Estudo Cidades Inteligentes;
- ✓ **Deputado Haroldo Cathedral** - Membro do Cedes e Relator do Estudo Cidades Inteligentes;
- ✓ **Deputado Darcísio Perondi** - Membro do Cedes;
- ✓ **Rodrigo Dolabella** - Secretário Executivo do CEDES e Diretor da Consultoria Legislativa.

Painel 1 - Uso de tecnologias inteligentes e sensíveis

Mediador Dep. Francisco Jr

Horário: 9:30 às 11:00

Palestrantes:

- ✓ **Débora Albu** - Coordenadora de Programa do Instituto de Tecnologia & Sociedade do Rio de Janeiro (ITS-Rio);
- ✓ **Ruben Delgado** - Presidente da Softex- Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro;
- ✓ **Michel Oliveira Araújo** - Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação de Juazeiro-CE.

Painel 2 - Sociedade inovadora e altamente qualificada

Mediadora Dep. Angela Amin

Horário: 11:15 às 12:45

Palestrantes:

- ✓ **Gustavo Henrique Moraes** - Diretor de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- ✓ **Camila Akemi Karino** - Diretora Pedagógica do Geekie;
- ✓ **Maria Augusta Orofino** - Consultora na Área de Capacitação e Inovação e Professora da ESPM, FGV, HSM, SUstentare e SENAC.

Painel 3 - Governança mediada por tecnologia e participação cidadã

Mediador Dep. Eduardo Braide

Horário: 14:30 às 16:00

Palestrantes:

- ✓ **Beatriz Barreto Brasileiro Lanza** - Professora, Consultora e Pesquisadora Internacional em Cidades Inteligentes e Governo Digital;
- ✓ **Luis Felipe Salin Monteiro** - Secretário de Governo Digital, SGD/SEDGG/ME - Ministério da Economia;
- ✓ **Rafael Albuquerque da Silva** - Diretor da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia de Informação do TCU;
- ✓ **Patrícia de Sá Freire** - Professora do Departamento de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Painel 4 - Sustentabilidade ambiental, econômica e financeira

Mediador Dep. **Haroldo Cathedral**

Horário: 16:15 às 17:45

Palestrantes:

- ✓ **Adriana Brandt** - Gestora do Projeto Tripartite Itaipu e Gerente do Lab CiTs da Fundação do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI);
- ✓ **Janaina Macke** - Professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS);
- ✓ **Alex Abiko** - Professor da Escola Politécnica da USP e Coordenador do Comitê Temático Urbano do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS) e ABNT.

Resultado: Realizado.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1646, DE 2019, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ESTABELECE MEDIDAS PARA O COMBATE AO DEVEDOR CONTUMAZ E DE FORTALECIMENTO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E ALTERA A LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980, A LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992, E A LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996"

PL 1646/19 - DEVEDOR CONTUMAZ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plenário 08

Às 11h00

TEMA: "Audiência Pública e Deliberação de Requerimentos"

Convidados:

- ✓ **Marcos Hubner Flores**, Coordenador-Geral de Arrecadação e Cobrança da Secretaria Especial da Receita Federal;
- ✓ **José Carlos da Silva**, Auditor-Fiscal da Receita Federal, representando o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO NACIONAL; e
- ✓ **Décio Ramos Porchat de Assis**, Diretor Setorial Adjunto da Comissão Executiva Tributária da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 01
Às 14h00

4 - PROJETO DE LEI Nº 5.196/2013 - do Poder Executivo - que "acresce Capítulo VIII ao Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor; e parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Estabelece medidas corretivas em caso de infração às normas de defesa do consumidor.

RELATOR: Deputado LUIZÃO GOULART.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da emenda apresentada nesta Comissão, das Emendas de Plenário nºs 1 e 4/2016 e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com subemenda substitutiva; pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2/2013 apresentadas na Comissão de Defesa do Consumidor ao projeto e das Emendas de Plenário nºs 2, 3, 5, 6 e 7/2016.

Resultado: Aprovado o parecer.

9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 299/2016 - da Sra. Luiza Erundina - que "acrescenta inciso ao parágrafo 4º do Artigo 60 da Constituição Federal".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Insere os direitos sociais nas cláusulas pétreas.

RELATOR: Deputado GILSON MARQUES.

PARECER: pela inadmissibilidade.

Resultado: Não deliberado.

28 - PROJETO DE LEI Nº 2.735/2019 - do Sr. Juninho do Pneu - que "dispõe sobre a tipificação do crime de apropriação indébita de veículos locados". (Apensado: PL 4017/2019)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.

RELATOR: Deputado JÚNIOR MANO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 4.017/2019, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

29 - PROJETO DE LEI Nº 3.293/2019 - do Sr. Wilson Santiago - que "altera o artigo 65 do Código Penal Brasileiro, para acrescentar parágrafo único ao Inciso I, excluindo das circunstâncias atenuantes, as infrações constantes na lei 9.503 de 1997 que cria o Código de Trânsito Brasileiro".

RELATORA: Deputada CHRISTIANE DE SOUZA YARED.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da relatora.

31 - PROJETO DE LEI Nº 3.955/2012 - do Senado Federal - Clésio Andrade - (PLS 38/2011) - que "altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências", para tornar obrigatória a divulgação, no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) e na nota fiscal, da quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO₂), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotores".

RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, das Emendas da Comissão de Viação e Transportes e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Resultado: Não deliberado.

33 - PROJETO DE LEI Nº 5.419/2013 - do Senado Federal - Ivo Cassol - (PLS 353/2011) - que "altera o art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços atualizados na página eletrônica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANF)".

RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor e da Emenda da Comissão de Minas e Energia.

Resultado: **Cumprindo prazo de vista.**

46 - PROJETO DE LEI Nº 3.743/2015 - do Sr. João Daniel - que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas do serviço de transporte coletivo disponibilizarem em seus carros, metrô e trens, aparelhos sistema de Wi-Fi". (Apensado: PL 4761/2016)

RELATOR: Deputado GILSON MARQUES.

PARECER: pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste, do Projeto de Lei nº 4.761/2016, apensado, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

Resultado: **Não deliberado.**

54 - PROJETO DE LEI Nº 8.983/2017 - do Sr. Delegado Waldir - que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desvinculando a emissão do licenciamento do automóvel do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPVA e vedando a apreensão e a remoção de veículos automotores por motivo de débitos tributários".

RELATOR: Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo; e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

Resultado: **Cumprindo prazo de vista.**

**GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ANALISAR E DEBATER AS MUDANÇAS
PROMOVIDAS NA LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL PELOS
PROJETOS DE LEI Nº 10.372, DE 2018, Nº 10.373, DE 2018, E Nº 882, DE 2019.**

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Plenário 10

Às 14h00

TEMA: "Continuação da discussão e votação do Relatório do Relator".

Resultado: **Realizada.**

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Plenário 02

Às 14h00

TEMA: "Isenção de Licenciamento Ambiental para Rodovias e Estradas".

Convidados:

✓ **Tarcísio Gomes de Freitas**, Ministro de Estado da Infraestrutura Ministério da Infraestrutura.

Resultado: **Realizada.**

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 13
Às 14h00

TEMA: "Política de Preços do Diesel."

Convidados:

- ✓ **Roberto Castello Branco** - Presidente da Petrobrás; e
- ✓ **Gustavo Manfrim**, Coordenador-Geral de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- ✓ Ministério de Economia

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES, NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDOS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS
CPI - PRÁTICAS ILÍCITAS NO ÂMBITO DO BNDES
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 12
Às 14h30

Apresentação, discussão e votação do Relatório Final.

Resultado: Apresentação do parecer.

Conheça o relatório: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45-A, DE 2019, DO SRº BALEIA ROSSI E OUTROS, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
PEC 045/19 - REFORMA TRIBUTÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 02
Às 14h30

Tema: "Estímulos Regionais e Fluxo Orçamentário".

Convidados:

- ✓ **Vitor Puppi**, Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais;
- ✓ **Sergio Leitão**, Advogado, fundador e diretor do Instituto Escolhas;
- ✓ **Wellington Leonardo da Silva**, Presidente do Conselho Federal de Economia;
- ✓ **Fernando Facury Scaff**, Professor de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo; e
- ✓ **Helenilson Pontes**, Professor da Universidade de São Paulo.

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário A Definir
Às 14h30

Tema: Monitoramento e rastreamento de veículos de carga.

Convidados:

- ✓ **Arthur Cezar Rocha Cazella**, Coordenador-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho da Secretaria Especial da Receita Federal;
- ✓ **Henrique Meireles**, Secretário de Fazenda de São Paulo;
- ✓ **José Hélio**, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC);
- ✓ **Rogério Volponi**, Representante da Associação Brasileira das Empresas de Gerenciamento de Riscos e de Tecnologia de Rastreamento, Monitoramento e Telemetria (GRISTEC);
- ✓ **Glademir Aroldi**, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3267, DE 2019, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO"
PL 3267/19 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 05
Às 14h30

TEMA: O trânsito brasileiro - desafios da redução de acidentes.

Convidados:

- ✓ **Beto Albuquerque** (autor do projeto de lei de criação do Pnatrans);
- ✓ **Departamento Nacional de Trânsito (Denatran);**
- ✓ **Ministério da Saúde;**
- ✓ **Polícia Rodoviária Federal;**
- ✓ **Larissa Abdalla Britto** - Presidente da Associação Nacional dos Detrans (AND);
- ✓ **Francisco Garonce** - Relações Institucionais do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV)

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR PROPOSIÇÕES QUE TRATEM DA CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS, FINANCEIROS E CREDITÍCIOS
SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS E CREDITÍCIOS
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 03
Às 15h00

TEMA: "Isenções para entidades sem fins lucrativos".

Convidados:

- ✓ **Fernando Mombelli**, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria Especial da Receita Federal;
- ✓ **Vinícius Teixeira Sucena**, Assessor da Casa Civil da Presidência da República.

Resultado: Cancela.

COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOR O CÓDIGO BRASILEIRO DE ENERGIA ELÉTRICA
CÓDIGO BRASILEIRO DE ENERGIA ELÉTRICA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 14
Às 15h30

Tema: Desafios da Geração de Energia Elétrica no Brasil.

Convidados:

- ✓ **Heber Galarce**, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD;
- ✓ **Edmundo A. Pochmann da Silva**, Consultor da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – ABRAGET;
- ✓ **Paulo Arbex**, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas – ABRAPCH.

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR A CONCLUSÃO DAS OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS E INACABADAS NO PAÍS
COMISSÃO EXTERNA OBRAS INACABADAS NO PAÍS
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 12
Às 17h00

TEMA: "Reunião c/ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT".

Informações sobre as BR's 222, 364 e 319 (Estados do Ceará e Rondônia).

Com a presença do **Diretor-Geral do DNIT, General de Exército Antônio Leite dos Santos Filho**.

Resultado: Realizada.

PLENÁRIO
Às 14h00
ORDEM DO DIA: 16h00

1 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 459-B, DE 2017 (DO SENADO FEDERAL)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 459-B, de 2017, que altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. André Figueiredo); e da

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. André Figueiredo); e tendo parecer reformulado proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Alexandre Leite); e da pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Alexandre Leite). (NT 62 e T 64)

APROVADO O RQU N° 9.249/18, EM 20/11/18.

Resultado: Não deliberado.

Quarta-feira, 09/10/2019

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSF REUNIÃO ORDINÁRIA Plenário 07 Às 09h30

5 - PROJETO DE LEI N° 8.039/2014 - da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. - que "combate a exploração sexual de menores de dezoito anos em postos de combustíveis".

RELATORA: Deputada PAULA BELMONTE.

PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela CDEICS.

Resultado: Não deliberado.

15 - PROJETO DE LEI N° 736/2015 - do Sr. Baleia Rossi - que "dispõe sobre a manutenção de desfibrilador cardíaco em locais especificados de todo o território nacional e dá outras providências" (Apensados: PL 4436/2016 (Apensado: PL 2747/2019), PL 10626/2018 (Apensado: PL 1662/2019) e PL 11201/2018)

RELATOR: Deputado DR. LUIZ OVANDO.

PARECER: pela rejeição deste, do PL 4436/2016, do PL 10626/2018, do PL 11201/2018, do PL 2747/2019, e do PL 1662/2019, apensados.

Resultado: Retirado de pauta a requerimento do dep. Darcísio Perondi.

16 - PROJETO DE LEI N° 1.770/2015 - do Sr. Roberto Alves - que "dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de estabelecimentos e empresas que promoverem a violação ao direito ao respeito e à dignidade de crianças e adolescentes"

RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

20 - PROJETO DE LEI N° 4.269/2016 - do Sr. João Derly - que "acrescenta dispositivos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária das empresas que contratarem pessoas com deficiência". (Apensados: PL 6565/2016 e PL 8400/2017)

RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.

PARECER: pela aprovação do PL 4269/2016 e do PL 6565/2016, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8400/2017, apensado.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 12
Às 10h00

1 - PROJETO DE LEI Nº 2.816/2011 - do Sr. Paulo Wagner - que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre veículos apreendidos por infração de trânsito e não reclamados por seus proprietários". (Apensados: PL 5557/2013 (Apensados: PL 8109/2014 e PL 8238/2014 (Apensados: PL 1736/2015 (Apensados: PL 6201/2016 (Apensado: PL 7994/2017) e PL 10132/2018) e PL 5570/2016)), PL 8495/2017 e PL 9228/2017)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Os processos de hasta pública deverão acontecer, no máximo, a cada seis meses.

RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs 8.238/14, 1.736/15, 5.570/16, 6.201/16, 7.994/17, 9.228/17 e 10.132/18, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 5.557/13, 8109/14 e 8.495/17, apensados.

Resultado: **Aprovado por unanimidade o parecer com complementação de voto.**

3 - PROJETO DE LEI Nº 4.157/2019 - do Sr. Laercio Oliveira - (PLC 96/2018) - que "anula débitos tributários oriundos de multas que especifica".

RELATOR: Deputado LUCAS VERGILIO.

PARECER: pela aprovação do PL 4157-E/19.

Resultado: **Retirado de pauta a requerimento do deputado Rogério Correia.**

6 - PROJETO DE LEI Nº 3.016/2015 - do Sr. Laercio Oliveira - que "modifica o art. 2º da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais.

RELATOR: Deputado LUCAS VERGILIO.

PARECER: pela aprovação deste e da Emenda nº 1/19 da CTASP, com substitutivo.

Resultado: **Retirado de pauta a requerimento do deputado Rogério Correia.**

11 - PROJETO DE LEI Nº 10.481/2018 - do Sr. Roberto de Lucena - que "acrescenta o art. 45-A à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer normas gerais de padronização a serem seguidas na publicação dos Diários Oficiais da União, dos Estados e dos Municípios".

RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.

PARECER: pela aprovação.

Resultado: **Aprovado por unanimidade o parecer.**

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 04
Às 10h00

7 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 463/2017 - do Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos - (PLS 475/2017) - que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer critérios para isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre as exportações de serviços para o exterior do País".

RELATOR: Deputado PAULO GANIME.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: **Vista ao deputado Luis Miranda.**

14 - PROJETO DE LEI Nº 8.323/2014 - do Senado Federal - José Pimentel - (PLS 179/2011) - que "acrescenta art. 14-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de 30 (trinta) dias para o pagamento da indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado". (Apensado: PL 5099/2016)

RELATOR: Deputado HILDO ROCHA.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 8.323/2014, e do PL nº 5099/2016, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 8.323/2014, e do PL 5099/2016, apensado, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento do deputado Felipe Rigoni.

19 - PROJETO DE LEI Nº 3.498/2015 - do Sr. Jhonatan de Jesus - que "altera o Código de Trânsito Brasileiro para vedar a vinculação da emissão do licenciamento do automóvel ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e para vedar a apreensão e a remoção de veículos automotores por estarem em débito com o referido imposto, e dá outras providências". (Apensados: PL 3499/2015, PL 3767/2015, PL 5519/2016, PL 6851/2017 e PL 7343/2017 (Apensado: PL 7525/2017))

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 9.503, de 1997.

RELATOR: Deputado FELIPE RIGONI.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.498/2015, dos PL's nºs 3499/2015, 3767/2015, 5519/2016, 6851/2017, 7343/2017, e 7525/2017, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes; e, no mérito, pela rejeição do PL 3.498/2015, dos PL'S 3499/2015, 3767/2015, 5519/2016, 6851/2017, 7343/2017, e 7525/2017, apensados, e do Substitutivo da CVT.

Resultado: Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento do deputado Laffayette Andrada.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 10
Às 10h00**

23 - PROJETO DE LEI Nº 2.021/2019 - do Sr. Léo Moraes - que "altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento. "

RELATOR: Deputado RAFAEL MOTTA.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Não deliberado.

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES - CVT
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 10
Às 10h00**

1 - REQUERIMENTO Nº 124/2019 - da Sra. Jaqueline Cassol - que "requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Viação e Transportes a fim de debater os requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga com segurança".

Resultado: Aprovado.

2 - REQUERIMENTO Nº 125/2019 - do Sr. Paulo Guedes - que "requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater o PL nº 4.583, de 2019, e o transporte não licenciado remunerado de pessoas e bens no Brasil".

Resultado: Aprovado.

3 - REQUERIMENTO Nº 126/2019 - do Sr. Paulo Guedes - (PL 4583/2019) - que "requer a realização de Mesa Redonda na Assembleia Legislativa do Estado Minas Gerais para debater o PL nº 4.583, de 2019, e o transporte não licenciado remunerado de pessoas e bens no Brasil".

Resultado: Aprovado.

4 - REQUERIMENTO Nº 127/2019 - do Sr. Diego Andrade - que "requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública afim de discutir a melhor utilização dos trens de passageiros nas linhas de ferro existentes em Minas Gerais".

Resultado: Retirado de pauta pelo autor.

5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 883/2018 - do Sr. Helder Salomão - que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 9.265, de 10 de janeiro de 2018".

RELATOR: Deputado MAURO LOPES.

PARECER: pela rejeição.

Resultado: Aprovado por unanimidade o parecer.

6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.091/2018 - do Sr. Hugo Leal - que "susta os efeitos do parágrafo 3º do artigo 2º da Resolução Normativa (RN) 13/2016 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ".

RELATORA: Deputada CHRISTIANE DE SOUZA YARED.

PARECER: pela aprovação.

Resultado: Vista conjunta aos deputados Bosco Costa e Lucas Gonzalez.

7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 399/2019 - da Sra. Rosana Valle - que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do artigo 36, do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013".

RELATOR: Deputado ELI CORRÊA FILHO.

PARECER: a proferir.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

8 - PROJETO DE LEI Nº 2.766/2015 - do Senado Federal - Vanessa Grazziotin - (PLS 166/2012) - que "altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos e nas embarcações utilizados para o transporte de cargas perigosas".

RELATOR: Deputado CAMILO CAPIBERIBE.

PARECER: a proferir.

Resultado: Vista conjunta aos deputados Bosco Costa, Lucas Gonzalez e Mauro Lopes.

9 - PROJETO DE LEI Nº 2.149/2015 - do Sr. Raimundo Gomes de Matos - que "modifica a Lei nº 9.537, de 1997, que "dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências", relativamente ao serviço de Praticagem e outras matérias"

RELATOR: Deputado ELI CORRÊA FILHO.

PARECER: a proferir.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

10 - PROJETO DE LEI Nº 4.885/2016 - do Sr. Leônidas Cristino - que "altera o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Reporto de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004". (Apensado: PL 3412/2019)

RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3412/2019, apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

11 - PROJETO DE LEI Nº 910/2019 - do Sr. Samuel Moreira - que "altera a Lei no 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências, para alterar os critérios de julgamento em licitações de concessão e arrendamento e para criar o Fundo de Investimento em Infraestrutura Portuária".

RELATOR: Deputado ELI CORRÊA FILHO.

PARECER: a proferir.

Resultado: **vista conjunta aos deputados Lucas Gonzalez e Rosana Valle.**

12 - PROJETO DE LEI Nº 1.765/2019 - do Sr. Júnior Ferrari - que "altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997".

RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA.

PARECER: a proferir.

Resultado: **Não deliberado.**

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Auditório Nereu Ramos
Às 14h00

TEMA: "A recuperação judicial, extrajudicial e falências"

Convidados:

- ✓ **Waldery Rodrigues Júnior**, Secretário Especial da Fazenda do Ministério da Economia – ME;
- ✓ **Filipe Aguiar de Barros**, Procurador da Fazenda Nacional e Assessor da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia – ME;
- ✓ **Eronides Santos**, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo - MP/SP;
- ✓ **Daniel Carnio Costa**, Juiz Auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- ✓ **Júlio César Moreira Barbosa**, Advogado da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- ✓ **José Roberto Tadros**, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- ✓ **Márcio Calil de Assumpção**, Coordenador da Subcomissão de Recuperação de Crédito da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN;
- ✓ **Bruno Rezende**, Presidente do Instituto Brasileiro de Administração Judicial – IBAJUD,
- ✓ **Ivo Waisberg**, Advogado Especialista em Insolvência e Professor de Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica /SP;
- ✓ **Pedro Freitas Teixeira**, Advogado Especialista em Insolvência Empresarial e Professor da Fundação Getúlio Vargas/RJ;
- ✓ **Luis Claudio Montoro Mendes**, Presidente do Instituto Recupera Brasil.

Resultado: **Realizada.**

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 16
Às 14h00

TEMA: "Demarcação dos terrenos da Marinha e procedimentos de identificação".

Convidados:

- ✓ **Aurélio Capua Dallapicula**, Representante Conselho Federal dos Corretores de Imóveis (COFECI);
- ✓ **Elisete Erasm Pacheco**, Presidente Associação dos Atingidos pela Demarcação dos Terrenos de Marinha na Trindade;
- ✓ **José Heder Benatti**, Professor da Universidade Federal do Estado do Pará - UFPA;
- ✓ **Maurício Leal Dias**, Professor Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará;
- ✓ **Ricardo Luiz Scherer**, Consultor e Perito ambiental.

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2303, DE 2015, DO SR. AUREO, QUE "DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS MOEDAS VIRTUAIS E PROGRAMAS DE MILHAGEM AÉREAS NA DEFINIÇÃO DE 'ARRANJOS DE PAGAMENTO' SOB A SUPERVISÃO DO BANCO CENTRAL" (ALTERA A LEI Nº 12.865, DE 2013 E DA LEI 9.613, DE 1998)
MOEDAS VIRTUAIS E PROGRAMAS DE MILHAGEM AÉREAS
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário A Definir
Às 14h30

Convidados:

- ✓ **Carlos Bruno Ferreira da Silva**, Procurador da República, representando o MPF;
- ✓ **Fernando Ulrich**, Analista-Chefe da XDEX;
- ✓ **Leandro Vilain**, Diretor de Políticas de Negócios e Operações da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;
- ✓ **Nancy Andrighi**, Ministra do STJ;
- ✓ **Safiri Felix**, Diretor-Presidente da ABCripto;
- ✓ **Tatiana Revoredo**, Especialista em Blockchain;
- ✓ Representante do Grupo Bitcoin Banco; e
- ✓ Representante da Polícia Federal.

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

PLENÁRIO
Às 14h00
ORDEM DO DIA: 16h00

1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 886, DE 2019 (DO PODER EXECUTIVO) Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 886, de 2019 que altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito,

pela sua aprovação, com acolhimento da Emenda nº 82, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 3 e 6 a 81. (Relator: Sen. Marcos Rogério). As Emendas de nºs 4 e 5 foram retiradas pelo autor.

PRAZO NA CÂMARA: 16/07/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 03/08/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 17/08/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: **16/10/2019** (Retificado em virtude da não interrupção da sessão legislativa, nos termos do § 2º do art. 57 da Constituição Federal, em 18/07/2019)

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO.

Resultado: Não deliberado

2 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 (DO PODER EXECUTIVO) Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 890, de 2019, que institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde; tendo parecer da Comissão Mista; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, das Emendas de nºs 1, 2, 4, 18, 44, 46, 52, 65, 67, 80, 111, 140, 143, 163, 167, 180, 184, 200, 209, 216, 221, 235, 239, 253, 257, 269, 282, 289, 293, 322, 325, 343, 351, 360 e 363; pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 5, 6, 12, 13, 22, 23, 34 a 36, 38, 41, 42, 47 a 49, 63, 64, 66, 79, 84, 95, 99, 104, 106, 108, 127, 129, 134, 138, 139, 154, 158, 160, 168, 173, 175, 177, 185, 190, 192, 201, 203, 205, 212, 214, 222, 227, 229, 232, 240, 245, 248, 250, 258, 263, 265, 270, 276, 278, 285, 286, 294, 299, 301, 307, 312, 313, 320, 321, 328, 332, 334, 335, 339, 347, 350, 352, 356, 357, 364 e 366, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2019; e pela rejeição as Emendas de nºs 7 a 11, 14 a 17, 19 a 21, 24 a 33, 37, 39, 40, 43, 45, 50, 51, 53 a 62, 68 a 78, 81 a 83, 85 a 94, 96 a 98, 100 a 103, 105, 107, 109, 110, 112 a 126, 128, 130 a 133, 135 a 137, 141, 142, 144 a 153, 155 a 157, 159, 161, 162, 164 a 166, 169 a 172, 174, 176, 178, 179, 181 a 183, 186 a 189, 191, 193 a 199, 202, 204, 206 a 208, 210, 211, 213, 215, 217 a 220, 223 a 226, 228, 230, 231, 233, 234, 236 a 238, 241 a 244, 246, 247, 249, 251, 252, 254 a 256, 259 a 262, 264, 266 a 268, 271 a 275, 277, 279 a 281, 283, 284, 287, 288, 290 a 292, 295 a 298, 300, 302 a 306, 308 a 311, 314 a 319, 323, 324, 326, 327, 329 a 331, 333, 336 a 338, 340 a 342, 344 a 346, 348, 349, 353 a 355, 358, 359, 361, 362 e 365. As Emendas de nºs 9, 98 e 242 foram aprovadas mediante requerimento de destaque e passaram a integrar o Projeto de Lei de Conversão. (Relator: Sen. Confúcio Moura).

PRAZO NA CÂMARA: 28/08/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/09/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 29/09/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: **28/11/2019**

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO.

Resultado: Não deliberado.

3 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 461-A, DE 2017 (DO SENADO FEDERAL)

Votação em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 461-A, de 2017, que dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, tendo parecer

proferido em Plenário pela Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 485/18, apensado, na forma do Substitutivo apresentado (Relator: Dep. Herculano Passos). (NT 62 e T 64)Tendo apensado o PLP nº 485/18.

APROVADO O RQU N° 8.633/18, EM 23/05/18.

Resultado: Não deliberado.

5 - PROJETO DE LEI N° 6.064. DE 2016 (DO SR. CARLOS BEZERRA) Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.064, de 2016, que altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências", para **extinguir o voto de qualidade no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**. Pendente de parecer das Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. (NT 62 e T 64)

Tendo apensado o PL nº 9.935/18.

APROVADO O RQU N° 1.577/19, EM 28/05/19.

Resultado: Não deliberado.

6 - PROJETO DE LEI N° 693, DE 2019 (DO SENADO FEDERAL) Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 693, de 2019, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), para assegurar o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contígua às faixas de domínio público de rodovias e ferrovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável por lei municipal ou distrital. Pendente de parecer das Comissões de: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Viação e Transportes; Desenvolvimento Urbano; e Constituição e Justiça e de Cidadania. (T 62 e T 64).

APROVADO O RQU N° 2.161/19, EM 21/08/19.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

Resultado: Não deliberado.

PLENÁRIO Às 09h00

1 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1.158-A, DE 2018 (DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL) Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº1.158-A, de 2018, que aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015, juntamente com a documentação complementar ao texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, República Popular da China, em 29 de junho de 2015; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (**Relator: Dep. Rubens Bueno**). Pendente de parecer das Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Finanças e Tributação. (NT 62 e NT 64) Avocado nos termos do art. 52, § 6, do RICD.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO EXTERNA DESTINA A AVALIAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DA SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS, COM VISTAS A PROPOR POLÍTICAS PARA A INTEGRAÇÃO DE MEIO AMBIENTE E ECONOMIA NACIONAL, NO ÂMBITO DOS MINISTÉRIOS DO MEIO AMBIENTE, DA ECONOMIA, DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E RELAÇÕES EXTERIORES.

POLÍTICAS PARA INTEGRAÇÃO MEIO AMBIENTE E ECONOMIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plenário 15

Às 09h30

TEMA: "Cumprimento das leis ambientais e impactos socioeconômicos".

Convidados:

- ✓ **Jair Schmitt** - Servidor da área de Fiscalização do Ibama;
- ✓ **Marcia Leuzinger** - Professora de Direito Ambiental;
- ✓ **Raul Valle** - Diretor Justiça Socioambiental do Fundo Mundial para a Natureza – WWF;
- ✓ **Suely Araújo** - Consultora da área de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e Ex-Presidente do IBAMA.

Resultado: Realizada.

Assista ao vídeo: [Clique aqui.](#)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

REUNIÃO ORDINÁRIA

Plenário 01

Às 09h00

URGENTE

2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 275/2019 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 699/2018) - que "aprova o texto do Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Hanói, em 11 de setembro de 2017".

RELATOR: Deputado JÚNIOR BOZZELLA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Resultado: Aprovado o parecer.

PRIORIDADE

31 - PROJETO DE LEI Nº 4.365/2016 - do Senado Federal - Eduardo Amorim - (PLS 407/2012) - que "altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para garantir ao motorista profissional programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde".

RELATOR: Deputado GIOVANI CHERINI.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Resultado: Não deliberado.

33 - PROJETO DE LEI Nº 5.660/2016 - do Senado Federal - Acir Gurgacz - (PLS 140/2015) - que "acrescenta art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de experiência prévia para a seleção de estagiário".

RELATOR: Deputado POMPEO DE MATTOS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação.

Resultado: Não deliberado.

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

38 - PROJETO DE LEI Nº 1.084/2007 - do Sr. Daniel Almeida - que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o Processo do Trabalho". (Apensado: PL 5925/2009)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

RELATOR: Deputado GILSON MARQUES.

PARECER: pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste, do Projeto de Lei nº 5.925/2009, apensado, e das Emendas apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Resultado: Não deliberado.

47 - PROJETO DE LEI Nº 7.888/2014 - do Sr. Ronaldo Fonseca - que "altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre acessibilidade de comunicação em táxis". (Apensado: PL 1889/2015)

RELATOR: Deputado GILSON MARQUES.

PARECER: pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste, do Projeto de Lei nº 1.889/2015, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

Resultado: Não deliberado.

59 - PROJETO DE LEI Nº 5.993/2016 - do Sr. Felipe Bornier - que "obriga a prestação de informação digital, em tempo real, dos locais e horários dos meios de transportes coletivos". (Apensado: PL 6547/2016)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 12.587, de 2012.

RELATORA: Deputada CLARISSA GAROTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa deste e do Projeto de Lei nº 6.547/2016, apensado; e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Resultado: Não deliberado

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA
MESA REDONDA
Auditório da Secretaria de Estado da Fazenda/PA
Às 14h00

TEMA: "Mesa Redonda para discussão da Reforma Tributária"

Convidados:

- ✓ **Deputado Federal Celso Sabino - PSDB/PA;**
- ✓ **René de Oliveira e Sousa Júnior - Secretário/SEFA;**
- ✓ **Luiz Otávio Martins Ribeiro - Delegado da Receita Federal em Belém/PA;**
- ✓ **José Batista Capeloni Júnior - Secretário Municipal de Finanças de Belém/PA;**
- ✓ **Hana Sampaio Ghassan - Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças de Ananindeua;**
- ✓ **Maria Josilene Lira Pinto - Secretária Municipal de Gestão, Orçamento e Finanças de Santarém/PA;**
- ✓ **Inácia Meires Silva Rolim - Secretária Municipal de Finanças de Marabá/PA;**
- ✓ **Geraldo Henrique de Oliveira Nogueira - Presidente do Sindicato dos Servidores da ASFEPA;**
- ✓ **Antônio Carlos de Freitas Catete - Presidente do Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará**
- ✓ **Palestrante: Afonso Oliveira - Procurador da Procuradoria Geral do Estado do Pará e pesquisador em Direito Tributário.**

Resultado: Realizada.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45-A, DE 2019, DO SRº BALEIA ROSSI E OUTROS, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEC 045/19 - REFORMA TRIBUTÁRIA

SEMINÁRIO

**Auditório 1 do Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, Belém/PA
Às 18h00**

TEMA: "Reforma Tributária - PEC 45/2019".

MESA

- ✓ **Sidney Leite**, Deputado Federal e Primeiro Vice-Presidente da Comissão Especial - Reforma Tributária;
- ✓ **Celso Sabino**, Deputado Federal, Coordenador do Seminário e membro da Comissão Especial - Reforma Tributária;
- ✓ **Daniel Santos**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;
- ✓ **Mauro Freitas**, Presidente da Câmara de Vereadores de Belém/PA;
- ✓ **Bruno Araújo**, Presidente Nacional do PSDB;
- ✓ **JHC**, Deputado Federal;
- ✓ **Luiz Carlos**, Deputado Federal;
- ✓ **Zenaldo Coutinho**, Prefeito de Belém/PA;
- ✓ **Helder Barbalho**, Governador do Estado do Pará;
- ✓ **Jorge Maria Portugal dos Santos**, Presidente da Associação Paraense de Supermercados;
- ✓ **General Peternelli**, Deputado Federal e membro da Comissão Especial - Reforma Tributária;
- ✓ **Roberto Pessoa**, Deputado Federal e membro da Comissão Especial - Reforma Tributária; e
- ✓ **Alberto Campos**, Presidente da OAB/PA.

DEBATEDORES

- ✓ **Luiz Otávio Martins Ribeiro**, Delegado da Receita Federal em Belém/PA;
- ✓ **René de Oliveira e Sousa Júnior**, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Pará;
- ✓ **José Batista Capeloni Júnior**, Secretário Municipal de Finanças de Belém/PA;
- ✓ **Fábio Freitas**, Presidente da Comissão de Estudos da Modernidade Tributária - Assembleia Legislativa do Estado do Pará;
- ✓ **Afonso Oliveira**, Procurador do Estado (Procuradoria Geral do Estado do Pará) e pesquisador em Direito Tributário; e
- ✓ **Alex Centeno**, Presidente da Associação dos Advogados Tributaristas do Estado do Pará (AATP).

PALESTRANTE

- ✓ **Nelson Machado**, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal e Ministro de Estado da Previdência Social (2005 - 2007).

Resultado: Realizada.

LIDERANÇA DO PT
Auditório Nereu Ramos
Às 18h

Ato em defesa da Petrobras.

Resultado: Realizada.